



CONGRESSO NACIONAL APROVA PRIVATIZAÇÃO DA ELETROBRAS



A Câmara dos Deputados aprovou, no último dia 19, a medida provisória (MP) 1031/21, apresentada pelo presidente Jair Bolsonaro que prevê a privatização da Eletrobras. Para evitar protestos e pressão popular a pauta foi atropelada e a proposta aprovada apressadamente, sem a realização de audiências públicas, em apenas 23h. Agora o texto será encaminhado ao Senado Federal.

No texto aprovado, o modelo de desestatização, que poderá ser usado por outras empresas públicas, prevê a emissão de novas ações a serem vendidas no mercado sem a participação da empresa, resultando na perda do controle acionário de voto mantido atualmente pela União. Nesse modelo, primeiro abre mão do controle, e depois, já privada, permite vender tudo.

A Eletrobras, assim como os Correios e outras estatais na mira das privatizações, é lucrativa. Além disso, é a empresa mais eficiente do setor elétrico nacional e de menor custo de produção em comparação com as hidrelétricas de propriedade privada de empresas transnacionais. O único motivo

para o governo não investir na sua infraestrutura é tentar sucatear para justificar a privatização.

O patrimônio da Eletrobras é avaliado em quase R\$ 400 bilhões, mas o governo Bolsonaro pretende entregá-la por R\$ 51 bilhões, que acabarão retornando ao bolso das empresas privadas de energia por meio de subsídios. A privatização representa uma ameaça à segurança energética nacional e trará o aumento das tarifas, que impactará fortemente a grande indústria, a cadeia produtiva e o consumo dos brasileiros, além dos riscos de apagões como os verificados no Amapá.

Quando se trata de atender aos interesses de lucros das grandes corporações que querem se apropriar, a preços de banana, do patrimônio do povo brasileiro, Governo e Congresso Nacional conseguem agir rápido.

A luta contra a destruição total do patrimônio público e a precarização das condições de vida dos trabalhadores exige a unificação de todas as categorias, com os métodos de luta da classe trabalhadora: às ruas e em greve!!

NEGOCIAÇÕES COLETIVAS: A TÔNICA É A REDUÇÃO DE DIREITOS



No último dia 21 aconteceu a segunda reunião de negociação com a direção da PRODABEL em que a empresa manteve a proposta de renovar o Acordo Coletivo, porém, com reajuste zero e sem discutir nenhuma reivindicação nova, nem renovar a garantia de data base.

No dia 24 houve mais uma mesa de negociação com a DATAPREV, mediada pelo TST. A proposta que saiu da mediação para ser discutida em Assembleia pelos trabalhadores é de reajuste 50% da inflação do período para 2020 sem retroativo e 70% para 2021, preservando a íntegra do ACT, praticamente.

Em 30/04, o SERPRO protocolou sua proposta no TST, com alterações de cláusulas para retirar direitos de novos contratados, contemplando os períodos de 2020 a 2022. A Federação aguarda ser chamada pelo TST para a reunião de mediação.

Aos trabalhadores resta a mobilização para garantir o que foi conquistado em suas lutas.

A OCUPAÇÃO DAS RUAS GANHA FORÇA



Sindicatos, partidos de esquerda e movimentos sociais convocam Jornada Nacional de Mobilização em maio. Dia 26, atos simbólicos nas capitais por vacina no braço e comida no prato. Dia 29, em todo o país, pelo Fora Bolsonaro.

Os organizadores pedem o uso de máscara, álcool 70° e distanciamento entre os manifestantes. Na pauta, além do Fora Bolsonaro, está a defesa da vacinação, o fortalecimento do SUS (Sistema Único de Saúde), o auxílio emergencial de R\$ 600 até o fim da pandemia, uma política de geração de empregos, a luta contra a volta às aulas presenciais e contra a reforma Administrativa (PEC 32) e as privatizações.

Para derrotar a política genocida de Bolsonaro diante da pandemia e volta da fome e da carestia no país, que têm colocado muitos brasileiros na extrema-pobreza, é preciso retomar as mobilizações de rua.

PEC 32: FIM DOS SERVIÇOS PÚBLICOS



A Proposta de Emenda à Constituição (PEC 32), Reforma Administrativa, teve relatório aprovado na Comissão de Cidadania e Justiça da Câmara dos Deputados nesta terça, dia 25. A PEC acaba com a

estabilidade e prejudica a carreira do servidor, dificulta a realização de concursos e cria as possibilidades de cabides de empregos nos serviços públicos.

Com a admissibilidade aprovada na CCJ, a PEC segue para aprovação no Congresso Nacional, que aproveita da pandemia para aprovar as pautas privatistas e que tiram direitos dos trabalhadores. Serviços como educação, saúde e segurança públicos serão reduzidos drasticamente.

Movimentos sindicais e sociais que, sob pretexto da pandemia, estão paralisados diante desses ataques, precisam encontrar o caminho para mobilizar a classe trabalhadora contra o desmonte das políticas públicas que assistem à maioria da população.

Dia 29, todos às ruas!